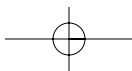
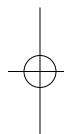
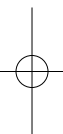




*FORMAÇÃO DE CAPITAL E
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO*

CELSO FURTADO





As seis conferências pronunciadas no Brasil pelo professor da Universidade de Columbia R. NURKSE, sobre Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico,¹ podem ser consideradas como um dos esforços mais sérios feitos por economistas de países “desenvolvidos” para compreender os problemas que enfrentam atualmente as economias subdesenvolvidas. Os resultados altamente positivos desse esforço nos enchem de otimismo com respeito à aplicação do instrumental analítico moderno aos problemas do desenvolvimento atual de áreas atrasadas.

A inexistência de material informativo de base e o resultante desconhecimento da realidade econômica criaram nos economistas dos países subdesenvolvidos o hábito de raciocinar por analogia, na ilusão de que a um determinado grau de generalidade os fenômenos econômicos seriam iguais em toda parte. Infelizmente, nem sempre é possível tirar conclusões aplicáveis a situações concretas de teorias que, se bem apresentam uma grande consistência lógica, estão construídas num elevado nível de abstração. É de esperar, entretanto, que o enorme esforço de pesquisa estatística que atualmente se realiza em muitos países subdesenvolvidos contribua para que o pensamento econômico venha a ser nesses países o poderoso instrumento de análise da realidade social que já é em outras partes do mundo.

Dentre os muitos temas que aborda o Prof. NURKSE em suas conferências, muitos são de extraordinária atualidade e merecem ser assinalados para maior discussão. No presente trabalho abordaremos três desses temas. Primeiramente a teoria do desenvolvimento econômico, em segundo lugar o problema das relações entre a propensão a consumir e a intensidade do desenvolvimento, e finalmente a questão dos efeitos das inversões sobre o balanço de pagamentos.

¹ Publicadas na “Revista Brasileira de Economia”, dezembro, 1951.

I. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um dos problemas mais interessantes abordado pelo professor NURKSE, logo na primeira conferência, é o da teoria do desenvolvimento econômico. Chama ele a atenção para o fato de que nos países desenvolvidos os economistas hajam sempre considerado como subentendido o fenômeno do crescimento econômico, razão pela qual o mesmo muito raramente tem sido submetido a uma análise sistemática.

Uma teoria científica pressupõe a existência de um ou mais problemas cuja solução é motivo de preocupação de algum grupo social. É indispensável, portanto, que se reconheça a existência do problema para que sua solução possa constituir objeto de especulação dos homens de pensamento. O desenvolvimento econômico não chegou a constituir um “problema”, senão praticamente em nossos dias. O mecanismo dos preços velava para que os recursos produtivos da coletividade fossem utilizados da forma mais racional possível, e, demais, se admitia que o espírito de iniciativa, aguçado pelo dinamismo da sociedade liberal, constituía sólida garantia ao progresso econômico.

A ação de organismos centrais sobre o conjunto da esfera econômica começou a ser aceita com o reconhecimento da necessidade de uma política anti-cíclica. E foi como subproduto das teorias cíclicas que começaram a surgir idéias, na esfera econômica,² relativas ao processo de desenvolvimento. Com efeito, dado que na economia de livre empresa o processo econômico se manifesta em forma cíclica, seria artificial raciocinar em termos de um movimento ascendente linear. Por outro lado, se bem é verdade que a simples observação de vários ciclos consecutivos levava à formulação de teorias de tendências “seculares”, tornava-se extremamente difícil abordar o problema do crescimento sem antes compreender a mecânica do ciclo. À proporção que se foi vendo mais claro dentro desse mecanismo, a política anticíclica foi evoluindo de medidas elementares de caráter monetário para uma ação coordenada sobre os elementos dinâmicos do sistema econômico. Assim, uma das modalidades mais recentes de política anticíclica consiste na determinação de objetivos a serem alcançados, em função do tempo, por determinados setores da atividade econômica, aos quais se atribui um papel dinâmico. Em uma situação dada de pleno emprego se pode considerar, por exemplo, que

² Anteriormente o desenvolvimento econômico havia sido matéria de preocupação de historiadores, filósofos sociais e sociólogos no campo da dinâmica social. Ver, por exemplo, as magníficas obras de Max Weber, Henri Pirenne, H. Séé e outros, sobre as origens do capitalismo.

para manter o nível de atividade, ou melhor, o aproveitamento ótimo dos fatores, é necessário que o produto social bruto aumente dentro de 6 anos em X por cento. Determinada essa meta e conhecido o montante dos gastos em consumo — que é função daquela meta — pode-se determinar a soma de inversões privadas e públicas que deverá realizar a economia concomitantemente. A política anticíclica consistirá, neste caso, num conjunto de medidas que induzem à concretização daquele montante de inversões.

Ao evoluir de uma política de estabilização de preços para uma de coordenação e programação das inversões, a ação anticíclica foi exigindo uma formulação teórica que tende a ultrapassar a análise das causas das flutuações no nível de emprego, para alcançar uma explicação do processo geral do desenvolvimento econômico. Compreende-se, portanto, o grande interesse que despertam atualmente os estudos sobre a acumulação de capital, sobre as relações entre o montante das inversões e a renda nacional e finalmente o renovado empenho em levantamentos da riqueza nacional, que se observa particularmente nos Estados Unidos. Por outro lado, compreende-se a grande repercussão que vão tendo os estudos sobre *input-output*, que possibilitam uma visão mais clara das interdependências dentro do sistema econômico, assim como a orientação que estão tomando os novos estudos de dinâmica econômica com HARROD, DOMAR e outros economistas.

O Prof. NURKSE aborda a teoria do desenvolvimento econômico dentro do quadro geral do pensamento de SCHUMPETER. Sua versão desse pensamento é, entretanto, extremamente pessoal, razão pela qual consideraremos em separado sua contribuição para em seguida fazer algumas observações sobre a teoria schumpeteriana.

O ponto central do pensamento de NURKSE se refere à pequenez do mercado como fator limitante do desenvolvimento econômico. “Na economia de mercado do mundo real, diz ele, não é difícil encontrar exemplos que ilustram o modo pelo qual o pequeno tamanho do mercado de um país pode desencorajar, e até impossibilitar o emprego proveitoso de equipamento moderno...” “Muitos artigos de uso comum nos Estados Unidos só podem ser vendidos em quantidades tão pequenas em países subdesenvolvidos que uma única máquina trabalhando apenas poucos dias por semana poderia produzir o suficiente para o consumo de um ano todo.”³

3 *Ob. cit.*, pág. 15.

O problema básico dos países subdesenvolvidos não estaria, segundo esse raciocínio, do lado da escassez de poupança e sim na falta de estímulo às inversões, em razão da limitada capacidade de absorção do mercado. Se bem que muito interessante, esse problema não tem o alcance que pretende dar-lhe o Prof. NURKSE. Sempre que os países subdesenvolvidos tivessem oportunidade de realizar suas inversões com vista ao mercado externo, o problema não existiria. Portanto, a questão fundamental está na inexistência de um mercado externo em expansão. Haveria, assim, que distinguir entre desenvolvimento com comércio externo em expansão e desenvolvimento com estancamento ou contração do intercâmbio exterior. É esse um problema fundamental e a ele voltaremos a propósito das conexões entre o desequilíbrio externo e a orientação das inversões.

Existe, ademais, uma outra razão mais séria que nos leva a discordar da forma como o Prof. NURKSE apresenta o problema da pequenez do mercado como empecilho ao desenvolvimento. Um mercado é pequeno com relação a alguma coisa. E no caso em questão o mercado dos países subdesenvolvidos é pequeno com relação ao tipo de equipamento que se usa nos países desenvolvidos. Não é essa uma dificuldade fundamental no processo de desenvolvimento econômico, e sim acidental. No processo de desenvolvimento dos países que são hoje altamente industrializados, as inovações técnicas iam sendo utilizadas sempre que economicamente se justificassem. O fator trabalho era substituído pelo fator capital, sempre que isso se justificasse com uma baixa de custos. Assim sendo, a introdução numa comunidade primitiva de máquinas automáticas de fabricar sapatos significará certamente não uma baixa mas uma grande alta de custos pela mesma razão que teria significado uma alta de custos nos países que hoje são industrializados se tivessem sido introduzidas há cem anos. Por outro lado, para que num país subdesenvolvido se logre um sensível aumento de produtividade, não é necessário introduzir os equipamentos mais modernos. Em muitas regiões do Brasil a mera introdução da roda significaria um sensível progresso. A simples abertura de uma estrada pode determinar um ponderável aumento na produtividade de uma região agrícola.

O que se busca com o desenvolvimento econômico é aumentar a produtividade física média do fator trabalho. Numa economia subdesenvolvida a introdução de máquinas automáticas de fabricar sapatos não significa melhora na produtividade física do fator trabalho para o conjunto da coletividade se os

artesãos que antes produziam sapatos ficaram sem nenhuma ocupação. Por outro lado, o empresário que introduza tais máquinas terá prejuízo porque elas terão de permanecer paradas 5 dias por semana. Mas o empresário que introduza melhoras nas ferramentas utilizadas na produção manual de sapatos e assim possibilite um aumento de produtividade, produzirá mais sapatos com o mesmo número de homens-hora sem elevar demasiadamente outros custos.

Mas continuemos com o raciocínio do Prof. NURKSE. “O incentivo para o uso de capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado”, diz ele e completa seu raciocínio com as seguintes relações causais: “...o pequeno tamanho do mercado é devido ao baixo nível de produtividade; o baixo nível de produtividade é devido à pequena quantidade de capital usado na produção, a qual, por sua vez, é devida ao pequeno tamanho do mercado.” Afirma então o Prof. NURKSE: “Estamos em presença de uma conjugação de forças que tendem a manter qualquer economia retrógrada em condição estacionária ... O progresso econômico não é uma ocorrência espontânea ou automática”. Finalmente, assimila esse “estancamento automático” ao “fluxo circular” de SCHUMPETER.

É interessante observar que por essa forma o Prof. NURKSE dá um conteúdo histórico à economia de fluxo circular de SCHUMPETER, a qual parece existir no pensamento desse autor como uma simples abstração. A grande falha metodológica da teoria de SCHUMPETER reside exatamente em haver criado essa abstração para depois, em contraste com a mesma, elaborar um esquema que deveria representar a realidade.

A figura central no processo de desenvolvimento econômico, para SCHUMPETER, é o empresário criador, introdutor de “novas combinações”, cuja ação dá lugar a “mudanças espontâneas e descontínuas nos canais do fluxo circular”.

A dificuldade que existe em lidar com essa teoria do desenvolvimento econômico, em nossos dias, resulta do fato que SCHUMPETER, ao formulá-la (antes da Primeira Guerra Mundial), tinha uma perspectiva do fenômeno inteiramente distinta daquela que temos hoje. Pretendia ele explicar por que razão a realidade econômica é um processo em permanente mudança e não uma repetição de si mesma. Não se preocupava diretamente com um possível aumento da capitalização ou da renda real e sim com a “dinâmica” do processo econômico. “Para nós – diz ele – desenvolvimento é um fenômeno diferente, inteiramente estranho ao que se pode observar no fluxo circular ou na

tendência ao equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, alteração do equilíbrio, a qual modifica e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é mais que um tratamento desse fenômeno e do processo que sobre o mesmo incide.”⁴

Como se identifica o empresário, o elemento dinâmico que quebra esse equilíbrio? Pela introdução de uma “nova combinação”. SCHUMPETER apresenta cinco tipos de novas combinações que são em síntese novas mercadorias, novos métodos de produção, novos mercados, novas fontes de matérias-primas, novas organizações. Mas, em realidade, o que distingue a ação do empresário é a criação do lucro. Na economia do fluxo circular não existe lucro, o empresário é um simples administrador. Para conceder alguma validade a essas idéias é necessário raciocinar em termos de um mercado perfeito, no qual o lucro existiria tão-só como o resultado de uma situação temporária de semi-monopólio, criada por uma inovação qualquer.

A essência da teoria do desenvolvimento econômico de SCHUMPETER pode, portanto, ser resumida no seguinte: o processo econômico em nossa sociedade não é circular porque existe uma classe com espírito dinâmico – os empresários – que, através de inovações, tende permanentemente a romper o equilíbrio. Seria o caso de se perguntar: e que fatores contribuem para que exista uma tal classe em nossa sociedade? Por que têm essa função social determinados indivíduos? Em realidade o problema do desenvolvimento econômico é um aspecto do problema geral de mudança social em nossa sociedade, e não poderá ser totalmente compreendido se não se lhe devolve o conteúdo histórico. Seria necessário considerar todo o complexo cultural que se formou na Europa, com seus elementos de racionalidade, sua mobilidade social, sua escala de prestígio em grande parte refletindo a escala da riqueza pessoal, para explicar a dinâmica do processo econômico capitalista. A simplificação schumpeteriana por um lado nos afasta do verdadeiro problema econômico do desenvolvimento, e, por outro, de muito pouco nos serve como explicação geral do fenômeno.

Afastando-se da teoria do desenvolvimento de SCHUMPETER, NURKSE vai buscar em alguns elementos da teoria cíclica desse autor uma nova idéia para explicar a passagem do estado de equilíbrio para o de desenvolvimento.

4 “*The Theory of Economic Development*”. Harvard University Press, 1951, pág. 64.

E essas idéias consistem nas chamadas “ondas de inversão”. “Onde qualquer empreendimento isolado pode ser fatalmente impraticável e não lucrativo, um grande número de investimentos simultâneos ... pode ser bem sucedido...” (p. 20). Este fenômeno só tem sentido se o observamos dentro do processo cíclico, em economias já desenvolvidas. E isso porque, em determinadas etapas do ciclo, existindo muitos fatores ociosos, o essencial é que o movimento se inicie simultaneamente em muitos setores, de tal forma que uns criem mercado para os outros. Utilizar essa teoria como explicação do ponto de partida de um processo de crescimento numa economia subdesenvolvida nos parece afastar-se muito da realidade. Para uma economia subdesenvolvida, começar um processo de desenvolvimento com seus próprios recursos e pela ação espontânea de seus próprios empresários é, para usar uma frase corrente, como levantar-se pelos próprios cabelos. É verdade que o processo de desenvolvimento, uma vez iniciado, pode intensificar-se com suas próprias forças, conforme demonstraremos mais adiante ao tratarmos da alta propensão a consumir das economias subdesenvolvidas atuais. Mas isso não justifica que se pretenda ver aí a causa mesma do início do processo.

O conceito de “novas combinações” é certamente a contribuição mais interessante da teoria de SCHUMPETER. Mas a forma como ele as define é demasiado imprecisa pois são novas combinações aquelas que tendem a quebrar o fluxo circular, ou seja, o equilíbrio do sistema. Como o fluxo circular é uma simples abstração, ficamos praticamente na mesma. Pode-se admitir, dentro das categorias schumpeterianas, uma economia em que a ação de um grupo de empresários quebre seguidamente o equilíbrio, através da introdução de produtos novos, sem que haja necessariamente aumento na produtividade. Os novos produtos podem eliminar outros e os lucros do novo empresário podem estar compensados por perdas de outros empresários.

O processo de desenvolvimento

A teoria do desenvolvimento econômico não cabe, nos seus termos gerais, dentro das categorias da análise econômica. É esse um ponto de vista já bastante aceito hoje em dia, e caberia apenas citar o seminário sobre desenvolvimento econômico organizado pela Universidade de Chicago, em 1951, no qual foram reunidos sociólogos, antropólogos e historiadores, ao lado dos economistas. A análise econômica não nos pode dizer por que uma

sociedade se desenvolve e a que agentes sociais se deve esse processo. Não obstante, a análise econômica pode precisar o mecanismo do desenvolvimento econômico. É à descrição desse mecanismo que vamos, em seguida, dedicar algumas observações.

O processo de desenvolvimento consiste fundamentalmente numa série de mudanças na forma e proporções como se combinam os fatores da produção. Não nos deteremos a analisar as razões sociais determinantes dessas mudanças, o que exigiria um trabalho muito mais extenso do que pretende ser o presente. Com essas mudanças se busca alcançar combinações mais racionais de fatores, ao nível da técnica prevalecente, com o objetivo de ir aumentando a produtividade do fator trabalho. O objetivo da teoria do desenvolvimento econômico, portanto, não é explicar por que a economia está mudando permanentemente, e sim como em nossa economia o fator trabalho vai progressivamente aumentando sua produtividade.

a) Países desenvolvidos e subdesenvolvidos

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se poderia admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a renda real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas seriam consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento de economias subdesenvolvidas é sobretudo um processo de assimilação da técnica prevalecente na época.

Dentro dos padrões da técnica conhecida, numa região subdesenvolvida sempre existe deficiente utilização dos fatores de produção. Essa deficiência, sem embargo, não resulta necessariamente de má combinação dos fatores existentes. O mais comum é que resulte da escassez do fator capital. Desperdiça-se um fator – mão-de-obra – porque outro é insuficiente – capital. Entretanto, como é sabido, o capital não é mais do que o trabalho realizado no passado e cujo fruto não foi consumido. Chega-se, assim, à conclusão de

que o trabalho é mal utilizado hoje porque o fruto do trabalho realizado ontem foi totalmente consumido. Esse círculo vicioso, conforme explicaremos em seguida, nas economias mais rudimentares quase sempre é quebrado pela ação de fatores externos.

b) A produtividade e a acumulação de capital

O desenvolvimento econômico, conforme dissemos, consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho. A técnica moderna é o conjunto de normas cuja aplicação possibilita aumentar essa produtividade. À medida que cresce a produtividade – sempre que não atuem certos fatores que se examinarão depois – aumenta a renda real social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da população. Por outro lado, o aumento das remunerações resultante da elevação da renda real provoca nos consumidores reações tendentes a modificar a estrutura da procura. Ocorre, assim, uma série de interações mediante as quais o aumento de produtividade faz crescer a renda real e o conseqüente aumento da procura faz com que se modifique a estrutura da produção. No estudo do desenvolvimento econômico é, portanto, de importância fundamental conhecer o mecanismo do aumento da produtividade e a forma como reage a procura à elevação do nível da renda real.

Dissemos que o aumento da produtividade física do trabalho é, principalmente, fruto da acumulação de capital.⁵ Entretanto, as relações entre esses dois fenômenos – aumento de produtividade e acumulação de capital – devem ser observadas mais detidamente para que se compreendam as dificuldades que ao processo de desenvolvimento cabe vencer em suas etapas iniciais.

Quando a produtividade é muito baixa, a satisfação das necessidades fundamentais da população absorve uma elevada proporção da capacidade produtiva. Em economias muito atrasadas se observa, por exemplo, que 80 ou mais por cento da população ativa trabalha para satisfazer as necessidades de alimentação e vestuário da coletividade. Em um nível assim tão baixo de produtividade, é difícil que tenha origem dentro da economia um processo de

⁵ Uma simples inovação tecnológica pode aumentar a produtividade física do trabalho. Deve-se ter em conta, porém, que as inovações mais importantes estão incorporadas nos novos equipamentos, cuja utilização em boa parte representa inversões líquidas.

acumulação de capital. Vejamos a razão. Em todas as comunidades humanas as necessidades de produtos outros que não os agrícolas tendem a crescer com a renda disponível para consumo. Nas comunidades mais avançadas, essas necessidades chegam a absorver até 80 por cento da capacidade produtiva da sociedade. Nas comunidades mais atrasadas a desigualdade na distribuição da riqueza faz com que certos grupos sociais apresentem uma procura relativamente elevada de bens não agrícolas e de serviços. Consideremos, por exemplo, a comunidade anteriormente referida, na qual 80 por cento da força produtiva trabalha na agricultura, e admitamos que todos os seus membros trabalham e têm igual produtividade e que não existe intercâmbio externo. Suponhamos, agora, que 5 por cento dos membros dessa coletividade recebem rendas sensivelmente acima da média: digamos que ficam com 20 por cento da renda global da qual aplicam 50 por cento na compra de produtos agrícolas. É necessário que o grupo de baixas rendas (95 por cento da população) dedique 87,5 por cento de suas rendas à satisfação das necessidades primárias (compra de produtos agrícolas), para que fiquem recursos produtivos disponíveis que possibilitem ao grupo de altas rendas gastar os outros 50 por cento de suas rendas na compra de bens não agrícolas e de serviços. Ainda assim não haveria nenhuma inversão líquida e, a menos que a população não cresça, essa economia não manterá sequer seu nível de renda real *per capita*.

As grandes dificuldades do desenvolvimento se encontram, portanto, nos níveis mais baixos de produtividade. Iniciado o processo de crescimento, a dinâmica própria deste faz com que parte do aumento da renda se reserve para a capitalização. Uma comunidade primitiva, sem embargo, tende bem mais a ficar estancada, sem que suas próprias forças a capacitem para iniciar um processo de desenvolvimento. O impulso inicial para ultrapassar essas dificuldades veio historicamente de fora da comunidade.⁶

⁶ Isto é verdade não somente para os povos atualmente subdesenvolvidos. A passagem, na Europa, em fins da Idade Média, de uma economia constituída de unidades quase totalmente fechadas e estancadas, para outra em processo de crescimento, se deveu, em grande parte, ao intercâmbio que os povos levantinos — particularmente Bizâncio depois das invasões árabes — impuseram às populações costeiras da Itália e sul de França. Uma vez iniciado, o processo tendeu a se propagar através dos grandes rios a todo o continente, criando possibilidades crescentes de divisão do trabalho, aumento de produtividade e acumulação de capital. Ver Henri Pirenne, "La Civilization occidentale au Moyen Âge", tomo VIII da coleção "Histoire générale", dirigida por Glotz, Presses Universitaire, Paris.

O estabelecimento de uma corrente de intercâmbio externo cria para uma economia de baixos níveis de produtividade a possibilidade de iniciar um processo de desenvolvimento sem prévia acumulação de capital. Conforme observamos, o aumento de produtividade, que é o próprio desenvolvimento econômico, resulta em última instância da introdução de combinações mais produtivas dos fatores de produção. Essas novas combinações exigem, normalmente, aumento na disponibilidade do fator escasso, que é o capital. Mas em determinadas circunstâncias é possível introduzir combinações mais produtivas sem aumentar a disponibilidade de capital, sempre que se possa integrar a economia em questão num mercado maior. A abertura de uma corrente de comércio externo permitirá a essa economia utilizar mais a fundo e mais racionalmente aqueles fatores de que dispõe, em abundância relativa, a terra e a mão-de-obra. Ao obter uma maior quantidade de bens do que seria possível caso utilizasse apenas para o mercado interno seus fatores de produção, a economia terá aumentado sua produtividade. O aumento de renda real assim obtido poderá constituir a margem necessária que possibilitará o início do processo de acumulação de capital. Essa simples indicação deste problema põe em evidência a grande importância que tem para os países subdesenvolvidos a expansão do comércio mundial. Considerem-se, por exemplo, os grandes transtornos que para a economia dos países subdesenvolvidos trouxe a contração persistente do comércio mundial, que se seguiu à grande crise. Muitos dos países de mais baixo nível de desenvolvimento, que haviam iniciado um processo de crescimento antes da crise estimulado pelo intercâmbio externo, perderam nos últimos dois decênios, sob a pressão do crescimento demográfico, parte do aumento de produtividade que haviam logrado.

O impulso externo beneficia inicialmente os setores diretamente ligados ao comércio exterior, principalmente através do aumento das remunerações outras que não salários. Se é persistente o impulso, haverá estímulo para que aumente a produção através de inversão dos lucros adicionais recém-criados. Começa então a série de reações conhecidas, pelas quais a acumulação de capital e as melhoras técnicas que aquela traz consigo vão libertando trabalho e terra por um lado e absorvendo-os por outro, com aumento da produtividade média social. Se o impulso externo sofre solução de continuidade quando ainda é muito baixo o nível médio de produtividade, é provável que o processo de desenvolvimento se interrompa. Mas se a economia consegue atingir certos

níveis de produtividade que permitem uma formação líquida de capital de alguma monta, a importância relativa dos impulsos externos no processo de crescimento tenderá a diminuir. À medida que aumenta a produtividade, cresce a renda real e se diversifica a procura, o que vai abrindo novas oportunidades de inversão, conforme veremos em seguida.

c) Crescimento da renda e diversificação da procura

Ao crescer a produtividade social média, como resultado da acumulação de capital, aumenta a renda real da coletividade. Na verdade, se bem seja muito elevada a correlação positiva entre esses dois fenômenos, convém chamar a atenção para alguns fatores que podem atuar em sentido contrário. Desde logo, devem-se ter em conta as características específicas da economia de livre empresa, na qual os fenômenos de crescimento se manifestam em forma cíclica, o que dá lugar a desocupação periódica de fatores de produção. Por outro lado existem fenômenos inteiramente incontroláveis que interferem na produtividade do trabalho, como é o caso das condições climatéricas na agricultura. Finalmente, cabe mencionar o mecanismo do mercado que pode anular totalmente os efeitos do aumento da produtividade física do trabalho sobre a renda. Assim, conforme sejam a elasticidade-preço da procura de um produto de exportação e a posição no mercado internacional do país em questão, o fruto do aumento da produtividade física do trabalho no setor de exportação pode ser totalmente transferido para o exterior através de uma baixa de preços. Mas, com exceção de casos particulares como os citados, pode-se admitir que a renda real acompanha muito de perto a evolução da produtividade física média do fator trabalho.

O aumento de produtividade proporciona, portanto, ao setor beneficiado um aumento de renda. Ao iniciar-se um processo de desenvolvimento, conforme vimos, esse aumento se transforma quase totalmente em lucros, permitindo acumular capitais para intensificar a produção, o que ocorre quando persiste o estímulo de uma procura externa crescente. Uma vez que o processo de crescimento se firme e aumente a procura de mão-de-obra, tenderão a crescer os salários reais. Conseqüentemente, o aumento da renda real tenderá a se distribuir entre consumo e inversão. A procura adicional dos consumidores pressionará sobre os preços em certos setores, o que determinará que as novas inversões se encaminhem para eles, absorvendo-se por essa forma a poupança adicional que se vai criando. As novas inversões

provocarão aumentos de produtividade noutros setores e se repetirão as reações anteriores.

A forma como evolui a procura é, portanto, um fator fundamental na orientação das novas inversões. Por seu turno, a forma como evolui a procura em função do crescimento da renda nacional é em boa parte determinada por fatores institucionais. Se os aumentos da renda se concentram totalmente em mãos de pequenos grupos fechados, o processo de desenvolvimento, iniciado por pressão externa, não criará dentro da economia reações que tendam a intensificá-la. Este fenômeno se observa em algumas economias subdesenvolvidas onde existe um grande excedente de mão-de-obra e nas quais o estímulo vindo de fora é relativamente débil. Os benefícios resultantes do comércio exterior revertem totalmente em favor de pequenos grupos que buscam no exterior boa parte dos bens que consomem. Como a procura externa não é intensa, é pequeno o estímulo para novas inversões e os salários reais ficam estagnados. Os benefícios do comércio exterior servem apenas para que alguns grupos sociais desfrutem de formas superiores de consumo imitadas de países altamente desenvolvidos. Não nos deteremos a analisar como historicamente foram eliminados os fatores institucionais que impediam a ampliação do processo de desenvolvimento. Mas, sem abandonar o terreno estrito da análise econômica, pode-se afirmar que a partir do momento em que a procura de mão-de-obra no setor de exportação permite a este pagar salários mais elevados que os que prevalecem na economia, o processo de desenvolvimento tende a se expandir.

É um fato comprovado pela experiência que a procura tende a modificar-se no sentido da diversificação, sempre que numa economia se eleva o salário real médio. Inquéritos realizados entre os mais variados grupos sociais confirmam essa tendência à diversificação da procura. Assim, a procura de alimentos cresce sensivelmente nas primeiras fases do desenvolvimento, mas diminui seu ritmo de aumento uma vez atingidos certos níveis de renda real *per capita*. A procura de manufaturas de consumo cresce intensamente quando começa a diminuir o ritmo de crescimento do consumo de alimentos. Os bens duráveis de consumo, por seu lado, têm um comportamento específico.

A evolução da demanda, da mesma forma que o aumento da produtividade, é uma variável independente no processo de desenvolvimento. Com o aumento da produtividade, cresce o potencial produtivo da economia. Mas, se a procura não se diversificasse, uma vez satisfeitas as necessidades

básicas da população, tenderia a ficar ociosa uma parte crescente daquele potencial. Alcançados certos níveis de renda *per capita* o fruto do desenvolvimento seria a criação de horas suplementares de ócio para a totalidade ou parte da população.

As novas inversões se fazem em grande parte com vista à procura futura. Como essa procura se vai diversificando, o aparelho de produção tende a modificar sua estrutura à medida que se eleva a renda real. Por mais aberta que seja uma economia, existe sempre uma grande quantidade de bens e serviços que não é possível importar. Explica-se, assim, que mesmo aquelas economias que evoluíram no sentido de uma crescente integração no comércio internacional hajam diversificado progressivamente sua produção com o processo de desenvolvimento.

II. PROPENSÃO A CONSUMIR E INTENSIDADE DE CRESCIMENTO

Outro problema de grande interesse que discute o professor NURKSE é o da elevada propensão a consumir dos atuais países subdesenvolvidos. Esse fenômeno foi destacado em muitos estudos da CEPAL e é motivo de reflexão para todos aqueles que se preocupam com política de desenvolvimento econômico. A importância da contribuição do Prof. NURKSE nesta matéria deve-se a que ele deu maior generalidade ao fenômeno, colocando-o dentro de uma teoria geral do comportamento do consumidor. Essa teoria se funda numa ampla análise do comportamento dos consumidores nos Estados Unidos, e as investigações estatísticas feitas posteriormente a sua formulação não lhe reduziram o alcance. É interessante observar que essa teoria, que pretendeu explicar a grande estabilidade da função consumo nos Estados Unidos, é agora utilizada para explicar a instabilidade dessa função nos países de desenvolvimento atrasado. Ao crescer a renda real *per capita* nos Estados Unidos, a relação consumo-renda nacional não se modificou sensivelmente, pela simples razão de que os grupos de médias e baixas rendas foram elevando sua propensão a consumir. A teoria que se elaborou para explicar esse fenômeno, NURKSE utiliza para explicar o fato comprovado de que um país que hoje em dia tem uma renda real *per capita* de 200 dólares tende a poupar uma parte menor dessa renda que um país que tivesse idêntica renda real há 30 ou 50 anos. Assim como os grupos sociais de baixas rendas tendem a imitar, em seus padrões de consumo, aqueles que lhes estão por cima na escala social, os países pobres tendem a copiar as formas de vida dos ricos. Se a

renda real *per capita* cresce mais rapidamente nos países ricos que nos pobres, aquele mecanismo faz que aumente a propensão a consumir nos países pobres. Ao diminuir concomitantemente a propensão a poupar nos países pobres, também se reduz o ritmo de crescimento destes, o que tende a acentuar a disparidade entre as rendas reais de países ricos e pobres.

É esta uma observação de grande importância porque põe em evidência que o processo de desenvolvimento dos países atualmente subdesenvolvidos não pode alcançar espontaneamente seu ritmo ótimo. A tendência a aumentar da propensão a consumir, resultante das disparidades internacionais de renda real, determina uma redução progressiva no ritmo do crescimento espontâneo dos países que ficaram atrasados no processo de desenvolvimento. Essa observação nos leva a fazer algumas considerações suplementares sobre o mecanismo do desenvolvimento econômico.

A intensidade de crescimento de uma economia é função de duas relações: *a)* inversões-renda nacional, e *b)* riqueza reproduzível empregada no processo produtivo-renda nacional.

A segunda dessas relações se refere à produtividade média do capital num dado período produtivo, isto é, à quantidade de renda que se obtém por unidade de capital reproduzível empregado no conjunto da economia. É essa uma relação que depende em grande medida da potencialidade de desenvolvimento da região cuja economia se estuda. Basta considerar, para compreender o problema, o caso limite de uma região desértica onde a potencialidade de desenvolvimento seja a praticamente nula. Mesmo que a população que se encontre radicada nessa região desértica faça um grande esforço de capitalização e receba importantes contribuições externas, será impossível que se consiga uma razoável produtividade para o capital empregado. Por outro lado, um país com grandes extensões de terras férteis ainda não cultivadas poderá, mediante inversões relativamente pequenas, alcançar grandes aumentos em sua renda social. Neste segundo país, a produtividade média do capital empregado será necessariamente elevada.

Estas observações chamam a atenção para o fato de que a renda real *per capita* não indica necessariamente o grau de acumulação de capital já alcançado por uma economia, isto é, o esforço de desenvolvimento já realizado na região em estudo. Uma dada região pode realizar um grande esforço de desenvolvimento e alcançar um elevado grau de capitalização por pessoa ativa sem que sua renda *per capita* atinja o nível da de outras regiões que ainda se

encontram em etapas muito mais primárias de desenvolvimento. Esse contraste pode-se estabelecer entre o Japão e a Argentina. O primeiro desses países tem uma capitalização média muito maior que o segundo mas sua renda *per capita* é sensivelmente mais baixa. A abundância de terras férteis na Argentina faz que seja muito elevada a produtividade média do capital ali empregado na economia desse país; por outro lado, a superpopulação do Japão obriga a utilizar mesmo as terras menos férteis e os recursos naturais mais pobres, reduzindo enormemente a produtividade média do capital.

Cálculos realizados para a economia norte-americana⁷ demonstram, por um lado, uma relativamente elevada produtividade média para os capitais ali invertidos, e por outro uma grande estabilidade — feitas as correções por desemprego cíclico de fatores — nessa relação. Para cada unidade de inversão real realizada nos Estados Unidos se obtém, anualmente, um montante de renda que varia aproximadamente entre 0,35 e 0,70, de acordo com a intensidade de utilização dos fatores dentro do ciclo. Pode-se admitir uma relação de aproximadamente 0,65 como característica da economia norte-americana em etapa de pleno emprego. É essa certamente uma muito elevada produtividade média do capital e reflete a excelência dos recursos naturais com que conta a economia norte-americana e a escassez relativa de sua população. Um cálculo que realizamos para a economia do Chile nos deu uma relação de aproximadamente 0,45, e um cálculo preliminar para a economia brasileira, uma relação de 0,50 para 1949. Essa maior produtividade dos capitais invertidos no Brasil, com respeito àqueles invertidos no Chile, possivelmente se deve às maiores dificuldades que enfrenta a agricultura chilena, onde freqüentemente são indispensáveis custosas obras de irrigação.

O outro fator determinante da intensidade de crescimento numa economia é a relação inversões-renda nacional, isto é, a proporção da renda nacional correspondente ao período produtivo anterior que se inverte dentro da própria economia. As estatísticas disponíveis geralmente permitem estabelecer essa relação sob a forma de percentagem das inversões brutas sobre o produto bruto ou das inversões líquidas sobre o produto líquido. Em nossa exposição consideraremos esta segunda relação.

⁷ Veja-se "The Growth of Reproducible Wealth of the United States of America from 1805 to 1905". Raymond W. Goldsmith. Trabalho apresentado para discussão na reunião de 1951 da International Association for Research in Income and Wealth.

Vejamos agora como se combinam esses dois fatores para dar-nos a taxa de crescimento de uma economia. Sabendo-se que a produtividade do capital se exprime por um coeficiente de 0,5, isto é, que é necessário inverter 2 para ao término do primeiro processo produtivo obter 1, depreende-se que, se essa economia investe 10 por cento de seu produto líquido, sua taxa anual de crescimento será de 5 por cento.

Como sabemos que o coeficiente de produtividade do capital apresenta uma relativa estabilidade para cada economia, pois reflete o complexo de potencialidades dessa economia⁸ pode-se admitir que a intensidade do crescimento de ano para ano é principalmente determinada pela relação inversões-renda nacional, à qual denominaremos de coeficiente de inversão.

No processo de desenvolvimento, o comportamento do coeficiente de inversão é grandemente influenciado por fatores institucionais e de outras ordens que atuam sobre a propensão a consumir. Este problema foi entrevisto por sociólogos, como MAX WEBER, que se preocuparam com as influências de certas formas do espírito religioso, particularmente o puritanismo, sobre os hábitos dos consumidores nas etapas iniciais do capitalismo, e também por VELEN, grande crítico da economia neo-clássica, com quem são inegáveis os pontos de afinidade da tese de DUESENBERY⁹ utilizada por NURKSE.

O pensamento keynesiano deu grande importância ao fato de que as motivações psicológicas do agente que poupa são distintas daquelas do agente que investe. Mas, se deslocamos nossa atenção do problema das flutuações cíclicas no nível de emprego para o problema do crescimento da capacidade produtiva, vemos que também tem importância distinguir entre as motivações psicológicas do agente que investe e as do que consome. Ao iniciar-se um processo de desenvolvimento numa economia de livre empresa, o agente que investe recebe estímulos mais intensos que o agente que consome. A

8 Evidentemente cabe considerar à parte a possibilidade de que uma economia aumente a produtividade média dos capitais nela invertidos através de um intercâmbio externo crescente. Se se dispusesse de cifras para a Inglaterra ou o Japão, comparáveis àquelas que já existem para os Estados Unidos, certamente se evidenciaria que nem sempre a relação capital reprodutível-renda nacional apresenta uma estabilidade secular. É mais ou menos óbvio que a Inglaterra sem a divisão internacional do trabalho elevada de que desfruta, particularmente dentro da Comunidade Britânica, não poderia alcançar a alta produtividade média do capital que a caracteriza. Mas, mesmo em casos como esse seria necessário observar o fenômeno através de muitos anos para notar alterações de importância no coeficiente de produtividade do capital.

9 James S. Duesenberry, "Income, Saving and The Theory of Consumer Behavior", Harvard University Press, 1949. Veja-se particularmente o Capítulo III, onde se expõe a teoria do "demonstration effect".

intensidade do crescimento está intimamente relacionada com essa disparidade inicial entre as intensidades dos estímulos a inverter e a consumir. Vejamos um exemplo para aclarar o problema. Suponhamos o caso de uma economia cujo coeficiente de produtividade média do capital seja, como no caso anterior, 0,5 e onde por uma razão qualquer¹⁰ se inicie um processo de crescimento, isto é, que as inversões líquidas se elevem de forma tal que a capacidade produtiva cresça mais que a população ativa. Para ficar com o exemplo anterior, suponhamos que as inversões absorvam 10 por cento do produto líquido, ou seja, que o coeficiente de inversão se eleve a 0,1. Ao subirem as inversões a esse nível, a economia em questão começará a crescer com uma taxa anual de 5 por cento.

Há fortes razões para crer que o consumo não encontrará, desde os primeiros ciclos produtivos, estímulos para crescer tão fortemente como o produto. A taxa de crescimento deste último poderá, portanto, elevar-se. Foi a este processo a que nos referimos quando no capítulo anterior afirmamos que o desenvolvimento pode apoiar-se em si mesmo, uma vez iniciado. Suponhamos que o consumo, nos primeiros anos do desenvolvimento, cresça tão somente em 2,5 por cento anualmente. Neste caso o crescimento do produto se intensificará, conforme se depreende do modelo abaixo:

	Produto Líquido (a)	Consumo (b)	Inversão (c)	Coefficiente de Inversão (c/a)
1º ano	100,0	90,00	10,00	0,100
2º ano	105,0	92,25	12,75	0,121
3º ano	111,4	94,56	16,48	0,148
4º ano	119,6	96,92	22,68	0,190
5º ano	130,9	99,34	31,56	0,241

Pode-se ver que o montante das inversões líquidas subiu de 10 para 32, elevando o coeficiente de inversão de 0,1 para 0,24 no quinto ano. Essa elevação permitiu que a taxa de crescimento anual do produto passasse de 5

¹⁰ Em economias ainda primitivas, conforme já se disse, o processo de desenvolvimento se inicia de maneira geral, sob a ação de fatores externos: imigração de capital e técnica, ação de uma procura exterior, melhora substancial na relação de intercâmbio, etc. Em países que já alcançaram uma grande acumulação de capital e cujas economias se encontrem momentaneamente estagnadas, o processo de desenvolvimento pode ter seu ponto de origem na ação de fatores internos: intensificação no crescimento da população, inovações tecnológicas, descoberta de melhores fontes de recursos naturais, etc.

para 9,4 por cento. Se o consumo houvesse crescido com a mesma intensidade que o produto líquido, a taxa de crescimento deste último teria permanecido no nível alcançado desde o primeiro ano, conforme se demonstra em seguida:

	Produto Líquido (a)	Consumo (b)	Inversão (c)	Coefficiente de Inversão (c/a)
1º ano	100,00	90,00	10,0	0,1
2º ano	105,00	94,50	10,5	0,1
3º ano	110,25	99,25	11,0	0,1
4º ano	115,76	104,16	11,6	0,1
5º ano	121,55	109,35	12,2	0,1

Conforme já assinalamos, o processo histórico do desenvolvimento da economia capitalista é um problema de grande amplitude que ultrapassa os limites da análise econômica. Não obstante, é ponto mais ou menos pacífico que esse processo teve sua origem nos contatos culturais resultantes das correntes de comércio que, vindas de fora, foram criando na Europa ocidental uma classe empresária. Essa classe, dotada de espírito de lucro, se constituiu em elemento social dinâmico, em choque com as comunidades feudais. Os hábitos de consumo, influenciados por tradições religiosas e sociais, só lentamente se foram transformando.

Em nossos dias o processo praticamente se inverteu. Graças à enorme força dos meios de propaganda e comunicações, os hábitos de consumo vão na frente, como o carro diante dos bois. Há em razão disso motivos para crer que o desenvolvimento espontâneo dos países subdesenvolvidos atuais se realiza com ritmo muito inferior ao que seria de esperar das potencialidades dessas economias e do progresso alcançado pela técnica. Como superar essa dificuldade é, por certo, um dos problemas mais sérios que se apresentam aos economistas de nossa época.

III. CRITÉRIOS PARA INVERSÃO E DESEQUILÍBRIO EXTERNO

Muitas outras reflexões poderiam ser feitas a propósito da questão discutida no capítulo anterior. Poderíamos perguntar, por exemplo, que efeito tem sobre o balanço de pagamentos dos países subdesenvolvidos sua forte propensão a consumir. Esta observação nos leva a considerar uma afirmação

do professor NURKSE na sexta conferência relacionada com o problema da orientação das inversões financiadas com capitais estrangeiros: "...quando o capital se tornasse disponível para um país, este deveria procurar, ou ser aconselhado a procurar, aplicá-lo numa forma que produza os mais elevados ganhos, levando em conta tanto quaisquer economias externas criadas pelo empreendimento, quanto ganhos comerciais diretos. Por outro lado, os bens especiais, através dos quais a transferência de juros é feita, são determinados pela escala de custos comparativos no comércio internacional (Não é necessário considerar-se fixa essa escala; a mesma pode perfeitamente modificar-se em consequência do próprio investimento). Nenhuma relação especial é exigida entre a escala de produtividade marginal e a escala de custos comparativos. Desde que as duas condições sejam satisfeitas, não há dificuldade inerente ao problema do serviço, do lado do devedor".¹¹

Estão aqui encerrados dois problemas de grande interesse. O primeiro diz respeito ao critério básico a ser adotado na orientação das inversões. Esse critério, nos diz NURKSE, é o da produtividade social marginal. É essa uma afirmação de grande importância que vem sendo feita por um número crescente de economistas de prestígio.¹² Abandona-se o critério micro-analítico da produtividade marginal, em que se considera a produtividade da última unidade de inversão em cada setor, do ponto de vista da rentabilidade da empresa, para adotar um critério social de efeito sobre o conjunto da renda nacional, da última unidade de inversão.

Esse critério já estava entrevisto na teoria das economias externas, mas somente agora mereceu uma completa elaboração. Sua importância é grande, se se tem em conta que os fatores de produção existem em proporções distintas nos diversos países. Assim, numa economia como a nossa em que o fator mão-de-obra não é limitante e na qual o setor industrial paga salários mais elevados que os outros setores dos quais absorve essa mão-de-obra, pode-se admitir que uma indústria que pague maior soma de salários por unidade líquida de produto (renda gerada por essa indústria) tem mais elevada produtividade social. Mas, como o fator mão-de-obra não pode ser considerado totalmente elástico, o critério mais geral é relacionar o volume de

¹¹ *Ob. cit.*, pág. 181.

¹² *Cofr. Alfred E. Kahn. "Investment Criteria in Development Programs", The Quarterly Journal of Economics, fevereiro, 1951.*

inversão com o valor agregado (renda gerada) pela indústria. Para obter a produtividade social seria necessário levar em conta ademais os efeitos da referida inversão sobre os demais setores da economia. Tais efeitos podem concretizar-se em substanciais reduções de custo, particularmente quando a inversão foi feita num setor chave, como transporte e energia.

A adoção desse critério leva à conclusão de que o simples mecanismo de preços do mercado não possibilita utilização ótima dos recursos. Ou melhor, poderá possibilitá-la, como um caso especial, mas não é razão suficiente para que se alcance essa utilização ótima de recursos. Tocamos aqui num ponto fundamental da teoria do desenvolvimento econômico. Numa economia altamente desenvolvida, onde os recursos naturais são praticamente conhecidos, a produtividade marginal se aproxima nos vários setores e conseqüentemente os salários para iguais níveis de aprendizagem e iguais graus de sacrifício também se aproximam; numa economia desse tipo a produtividade social de uma inversão deve aproximar-se de sua produtividade do ponto de vista da empresa, isto é, da rentabilidade do capital. Neste caso o simples mecanismo dos preços pode ser um guia seguro para as inversões. O mesmo não ocorre com uma economia em etapas primárias de desenvolvimento. Nesta última existe uma grande disparidade no grau de utilização dos fatores produtivos, de um setor para outro. A simples translação de fatores de produção ou a introdução de novas combinações entre estes podem determinar substanciais aumentos de produtividade social. Esses aumentos, entretanto, não se refletem necessariamente na rentabilidade das empresas. Existem, portanto, fortes razões para crer que o ritmo de desenvolvimento pode ser intensificado se se corrige a insuficiência do mercado como mecanismo diretor do processo econômico e se se imprime às inversões uma orientação geral coordenadora.

O outro problema que aborda o Prof. NURKSE no parágrafo citado é o da repercussão das inversões estrangeiras sobre o balanço de pagamentos. Essa repercussão pode ser direta, através do serviço da dívida, ou indireta, através dos efeitos-renda, isto é, do aumento das importações como conseqüência do aumento da renda real. É esse um problema muito mais geral do que parece deprender-se do trecho citado de NURKSE. Não deve ser restringido às inversões estrangeiras pois os efeitos-renda, que são o cerne do problema e aos quais limitaremos nossa discussão, operam igualmente para as inversões de capitais nacionais. Esse problema foi discutido com admirável profundidade

por KAHN,¹³ e seus argumentos podem ser sintetizados da seguinte forma: 1.º) O aumento da renda real resultante da inversão em questão pode ser que não determine nenhum aumento da renda monetária. É o caso, por exemplo, de uma melhora na produção de alimentos que é totalmente absorvida pelos próprios produtores, sem que aumente o montante das transações comerciais. A segunda hipótese seria que o aumento da produção fosse acompanhado de redução no nível dos preços. 2.º) A renda monetária aumenta na mesma proporção que a renda real. Feita a inversão e iniciada a nova atividade, a renda dos fatores de produção engajados — chamemos-lhes F — depende da venda dos novos produtos (valor agregado) a outros recebedores de rendas — chamemos-lhes G. De todos os modos, sempre que G não compre os novos produtos de forma inflacionária (reduzindo sua taxa normal de poupança, tomando emprestado ou mobilizando saldos ociosos), a nova renda monetária disponível em mãos de F estará contrabalançada por uma absorção equivalente de poder de compra de G, que deve haver reduzido de forma equivalente seus gastos com outras mercadorias. Se o efeito líquido das compras adicionais de F (de mercadorias importadas ou de outras mercadorias produzidas no país) e da mudança de orientação das compras de G (que passou a comprar a produção de F e menos mercadorias importadas ou outras mercadorias produzidas no país), será maiores ou menores importações, é questão discutível.

Essa matéria merece especial atenção de nossa parte em vista de ter a CEPAL em mais de um estudo afirmado que o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos, nos últimos dois decênios, vem sendo acompanhado de tendência permanente ao desequilíbrio externo. Essa tendência ao desequilíbrio, conforme temos afirmado, é imanente ao processo de desenvolvimento espontâneo em certas condições de evolução da economia internacional. Evidentemente, sempre que houvesse (como no século passado e nos primeiros três decênios deste) uma forte corrente de capitais para os países que se encontram nas primeiras etapas do desenvolvimento, ou mesmo na ausência dessa corrente de capitais sempre que houvesse um mercado internacional em firme expansão que absorvesse os produtos em oferta crescente naqueles países, o problema do desequilíbrio

13 *Ob. cit.*

externo não existiria ou seria um problema de conjuntura. Mas a realidade dos últimos dois decênios foi inteiramente distinta: o *quantum* do comércio mundial declinou firmemente e ainda nos anos recentes, entre 1947 e 1949, havia voltado a declinar.

Uma análise deste problema que se coloque num plano puramente abstrato pode ter certa integridade lógica, mas terá muito pouca utilidade prática. Assim mesmo, a integridade lógica da análise de KAHN depende da consistência de certas premissas que estão implícitas na mesma, conforme veremos.

O primeiro caso a que se refere KAHN, em que aumenta a renda real sem que aumente a renda monetária, tem interesse muito limitado. Pode-se admitir o caso de que a descoberta de um processo novo de hibridação de sementes determine melhora no rendimento por hectare na produção de um artigo, como o milho, que em certas comunidades é totalmente de auto-consumo. A renda imputada dos agricultores teria aumentado e, portanto, também a renda real, sem nenhuma repercussão sobre a renda monetária. Mas como atribuir neste caso a elevação da renda real a uma “inversão” nova? E se não existe na realidade nenhuma nova inversão, como enquadrar o caso numa discussão sobre critérios para orientação de novas inversões? Este caso não apresenta mais interesse que o de uma curiosidade.

Na segunda hipótese, em que aumenta a renda real e não a monetária, em razão de uma baixa de preços, existem algumas suposições implícitas sobre a elasticidade da demanda dos produtos cuja produção se aumenta. Suponhamos, por exemplo, que algumas inversões bem orientadas na agricultura permitam aumentar a produtividade desta e que os produtores agrícolas decidam transferir os frutos dessa melhora para os consumidores através de uma baixa de preços e de um aumento da oferta. Digamos, antes ofereciam 2 laranjas por 1 cruzeiro, agora oferecem 3, sem que isso signifique nenhuma alteração na lucratividade dos negócios agrícolas. Se a demanda se adaptasse automaticamente à oferta e todas as pessoas que consumiam laranjas aumentassem em 50 por cento sua procura, por definição não haveria nenhuma pressão sobre o balanço de pagamentos. Mas, na realidade, esse feliz automatismo que se pode idealizar num modelo abstrato está muito longe da realidade, particularmente daquela dos países que se encontram nas primeiras etapas do desenvolvimento.

O caso seguinte, que mais nos interessa, contribui para aclarar os fundamentos e as limitações do argumento de KAHN que defende o Prof.

NURKSE. Neste caso se admite que a renda monetária acompanha a renda real em seu aumento. Exclui-se desde logo a hipótese de um aumento inflacionário dos meios de pagamento. Suponhamos que se realizam inversões num determinado setor da indústria — digamos no têxtil — e que daí resulte uma produção nova de 100. Os consumidores tratarão de adquirir essas 100 unidades têxteis e concomitantemente deixarão de comprar nos diversos outros setores mercadorias de valor equivalente em seu total. Ora, essas mercadorias ficarão à disposição das pessoas que tiveram suas rendas aumentadas pelo fato mesmo de que se venderam aquelas 100 unidades têxteis. O raciocínio é similar ao anterior e pressupõe, para que se transforme em realidade, uma escala de elasticidades-renda da demanda que corresponda exatamente aos aumentos da oferta resultante das novas inversões. Mas mesmo nesse plano de abstração o raciocínio não está à prova de toda crítica. Em realidade, se supõe implicitamente que a renda criada pela produção das 100 unidades têxteis se transforma integralmente em renda consumida. As pessoas que deixam de comprar outros bens de consumo para adquirir as 100 unidades têxteis, criam uma oferta de bens de consumo de valor igual ao preço de venda das 100 unidades têxteis. Não considerando a incidência dos impostos, os gastos com matérias-primas e de depreciação para simplificar, temos que admitir que das novas rendas criadas pela nova produção uma parte será poupada, portanto o sobranço a ser gasto em consumo tem necessariamente que ser inferior aos 100 da oferta de bens de consumo criada pela introdução no mercado dos 100 da nova produção têxtil. A outra quantidade de renda criada (e poupada) se orientará para o setor de bens de capital, onde não houve nenhuma redução concomitante da procura. A realidade, portanto, será esta: haverá um sobranço de oferta no setor de bens de consumo e um sobranço, da mesma magnitude, de procura no setor de bens de capital. Se essa situação de desequilíbrio se resolverá por aumento de exportações de bens de consumo e de importações de bens de capital, ou se por baixa de preços no setor de consumo e redução das inversões — é um outro problema, que não vamos discutir. Apenas pretendemos demonstrar que o modelo de KAHN não tem a consistência lógica que aparenta.

Esse raciocínio nos afastou um tanto do ponto central da idéia que pretendíamos criticar. Essa idéia diz respeito à repercussão das inversões sobre o balanço de pagamentos. O argumento central de KAHN é que o grupo de consumidores que compram as 100 novas unidades têxteis deixam de

comprar outro tanto de artigos produzidos no país ou importados; por outro lado, o grupo de consumidores que tem sua renda aumentada pela produção nova têxtil, comprará produtos produzidos no país ou importados. Se da soma algébrica das duas quantidades de procura resulta um total maior ou menor para o grupo de mercadorias importadas, é algo que não se deve estabelecer *a priori*. A propensão marginal a importar pode resultar positiva ou negativa, conforme seja maior dita propensão no grupo que passa a comprar as 100 unidades têxteis novas, ou no grupo que teve suas rendas aumentadas com o crescimento de produção têxtil.

É esse um campo onde o raciocínio teórico resolve muito pouco e é indispensável descer à observação da realidade. A experiência indica que em economias altamente desenvolvidas a propensão marginal a importar tanto pode comportar-se negativa como positivamente. É sabido que os coeficientes de elasticidade-renda da procura são distintos para os diversos grupos de artigos de consumo. Há certos artigos cuja procura cresce mais que proporcionalmente com a elevação da renda, outros que crescem menos que proporcionalmente e outras ainda que decrescem. Se os artigos importados por um país são daqueles que crescem pouco ou decrescem com a elevação da renda nacional, é passível que ao subir esta, sem alteração no nível de preços, não se modifique ou mesmo que diminua o montante das importações. Com relação a esse país se poderia afirmar tranquilamente com NURKSE que “nenhuma relação especial é exigida entre a escala de produtividade marginal e a escala de custos comparativos”.

A experiência demonstra, entretanto, que nos países que se encontram nas etapas iniciais do desenvolvimento a história se canta de outra forma. A demanda de objetos de consumo que esses países importam apresentam elevados coeficientes de elasticidade-renda. É o caso dos artigos manufaturados em geral e em particular dos artigos de consumo durável. Observa-se, por exemplo, que a demanda destes últimos artigos cresce com um coeficiente de 2 a 4 com a elevação da renda real. Mas não é somente isso, os países em etapas iniciais de desenvolvimento dependem em grande parte das importações para o suprimento de bens de capital. A procura destes últimos bens, conforme vimos anteriormente, tende a crescer mais que a renda nacional quando é intenso o desenvolvimento econômico. Como, diante de tais fatos, deixar-se paralisar pela dúvida de se a propensão marginal a importar é negativa ou positiva? É esse tipicamente um erro de perspectiva

de economistas que, habituados a meditar sobre certa realidade econômica, pretendem tirar conclusões de validade universal.

Como conciliar essa tendência a aumentar as importações, resultante do próprio desenvolvimento, com a impossibilidade de aumentar a capacidade para importar? Na verdade foi essa a situação que conhecemos desde 1930 até muito recentemente. Alguns economistas que têm a habilidade de transformar problemas econômicos em questões de semântica, argumentam que o desequilíbrio a que nos referimos é inseparável de uma situação inflacionária. Na realidade, desde o momento em que as importações crescem além da capacidade para importar, pode-se afirmar que as inversões ultrapassaram a poupança e, portanto, que existe uma situação inflacionária. Como será necessário reduzir, de alguma forma, as importações para reequilibrar o balanço de pagamentos, se dirá que essa medida e o desequilíbrio que a determinou são conseqüências da situação inflacionária. Esse raciocínio deixa de lado o aspecto fundamental do problema, que é a impossibilidade de que a oferta cresça e modifique sua composição automaticamente com a expansão e de acordo com a mudança de composição da demanda. Sempre que as exportações (considerada constante a relação de intercâmbio) não cresçam paralelamente com a procura de importações, o processo de crescimento criará desequilíbrios, que se manifestam em excedentes de produção interna e em saldos desfavoráveis no balanço de pagamentos. Esses desequilíbrios vão sendo corrigidos com atraso e quase sempre de forma dolorosa. E isso contribui para dificultar a política de estabilização e para tornar a inflação inseparável do processo de desenvolvimento.

A inflação que acompanha o desenvolvimento econômico em nosso país não é, portanto, fundamentalmente, um problema monetário. A causa última do desequilíbrio está na disparidade entre o crescimento da renda e o da capacidade para importar. É, portanto, indispensável, se se quer corrigir o desequilíbrio, que se modifique a estrutura da produção no sentido de aumentar as exportações ou de substituir importações. Uma redução nas inversões — que é o remédio comumente apontado — se realizada indiscriminadamente através da política de crédito, não necessariamente corrigirá o desequilíbrio e nem com certeza outros males. Para evitar que surjam esses desajustamentos é necessário que se tomem com antecipação certas medidas relativas à orientação das inversões. Se é possível, até certo ponto, prever esses desequilíbrios, também

será possível evitá-los. Somos, assim, mais uma vez levados a concluir que, nas condições atuais da economia mundial, os países subdesenvolvidos não poderão espontaneamente alcançar um grau de crescimento compatível com suas potencialidades e com o grau de avanço da técnica que está a sua disposição. Uma ação coordenadora se faz imprescindível e isso reconhece implicitamente o Prof. NURKSE quando põe em primeiro plano o papel da política fiscal no desenvolvimento econômico atual.

Na realidade, talvez a contribuição mais importante do professor NURKSE em suas conferências seja a forma como relaciona a política fiscal com o problema da poupança nos países subdesenvolvidos. Se bem que esse seja o problema central do desenvolvimento econômico atual, é ele geralmente mal compreendido. Não são incentivos para inverter o que falta em nossa economia. Faltam, sim, estímulos para poupar. Esse problema é muito mais profundo do que o de uma simples organização de mercado de capitais. Dados os fortes estímulos para consumir que nos vêm das economias mais avançadas e que tão bem explica o professor NURKSE, muito dificilmente nossa economia poderá chegar espontaneamente, na atual fase de desenvolvimento, a um alto nível de poupança. Se desejamos caminhar para um desenvolvimento mais intenso e equilibrado, temos que colocar em primeiro plano o problema de poupança. Um país como o Brasil tem uma grande margem potencial de poupança, a qual está apenas esperando por formas compulsórias de captação. Pensar em recriar no Brasil as formas espontâneas de poupança do século passado é uma grande falta de realismo. Nesse erro não caiu o Prof. NURKSE e é essa certamente a maior lição que nos deu.*

SUMMARY

CAPITAL FORMATION AND ECONOMIC DEVELOPMENT

Celso Furtado

I - THEORY OF ECONOMIC DEVELOPMENT

One of the most interesting problems taken up by Prof. NURKSE, at his first conference is that of economic development.

* Este artigo foi publicado na Revista Brasileira de Economia, No 3, ano 6, setembro de 1952.

Prof. NURKSE takes up the theory of economic development following the general ideas of SCHUMPETER.

The center point of NURKSE'S idea refers to the smallness of the market as a limiting factor in economic development. This problem has not the importance which Prof. NURKSE pretends to give it. Whenever underdeveloped countries have the opportunity of realizing investments to produce for the external market, the problem would not exist.

There exists, further, one other more serious reason that leads us to discord with the form in which Prof. NURKSE presents the problem of the smallness of the market as an obstacle to development. The market of underdeveloped countries is small in relation to the type of equipment used in developed countries. This is not a fundamental difficulty in the process of economic development but simply accidental. In this manner the introduction in a primitive community of automatic machinery for the manufacture of shoes, will certainly indicate not a reduction but a great increase in costs for the same reason that it would have indicated an increase in costs in countries that are today industrialised had they been introduced a hundred years ago. Prof. NURKSE states that "the incentive for the use of capital is limited by the small size of the market" and the small size of the market is due to the low level of productivity; the low level of productivity is due to the small quantity of capital employed in production, which in turn is due to the small size of the market. Prof. NURKSE then affirms: "We are in the presence of a combination of forces which tend to maintain any retrograde economy in a stationary condition". He finally assimilates this to the "circular flow" of SCHUMPETER. NURKSE then seeks in some elements of the cyclical theory of SCHUMPETER a new idea to explain the transition from the state of equilibrium to that of development. This he finds in the so called "waves of investment". To utilize such a theory as an explanation of the starting point of a process of growth in an under-developed economy, seems to us to lead far away from reality. For an under-developed economy, to start a process of development with its own resources and by spontaneous action of their own enterprisers is, to use a common saying, the same as raising oneself up by one's own bootstraps. It is true that the process of development, once initiated, may be intensified by its own forces, as we will show later on. But this does not justify one seeing in this "lifting oneself by one's own bootstraps" a sufficient explanation of the beginning of growth.

The concept of "new combinations" is certainly the most interesting contribution of SCHUMPETER'S theory. But the manner in which he defines it is too indefinite, since new combinations are those which tend to break the circular flow.

The Process of Development

The theory of economic development, in its general terms, does not pertain to the categories of economic analysis. Nevertheless, economic analysis can explain the mechanism of economic development. The process of development consists fundamentally in a series of changes in the form and proportion in which the factors of production are combined. The object of the theory of economic development is not to explain why the economy is permanently changing, but to show how in our economy the factor labor is progressively increasing in productivity.

a) Developed Countries and Under-Developed Countries

The process of development is achieved either through new combinations of existing factors with known technique, or through the introduction of technical innovations. Simplifying, one can admit as being fully developed at any given moment, those regions in which, in the absence of unemployment, it is only possible to increase productivity by the introduction of new techniques. On the other hand, the regions where productivity increases or might be increased by the implantation of known techniques, would be considered under-developed. Within the standards of known technique, in an under-developed region there always exists deficient utilization of factors. Such deficiency, nevertheless, most commonly results from the lack of the factor capital.

b) Productivity and the accumulation of capital

We have said that the increase in physical productivity of labor is, principally, the consequence of accumulation of capital. However, the relation between those two phenomena should be observed more closely. When productivity is very low, the satisfaction of the fundamental necessities of the population absorbs a considerable proportion of productive capacity. The great difficulties with development are found therefore at the lowest levels of productivity. Once the process of growth is initiated, its proper dynamics permits part of the increase in revenue to be reserved for capitalization. The initial impulse to overstep such difficulties came historically from outside the community.

International trade creates for an economy of low levels of productivity the possibility of initiating a process of development without the previous accumulation of capital. Under certain circumstances it is possible to introduce more productive combinations without increasing available capital, whenever we can integrate the economy in question in a larger market.

c) Growth of Revenue and Diversification of Demand

With the growth of average social productivity, real income increases. The increase in real income will tend to distribute itself between consumption and investment. In turn, the form by which the demand evolves is largely determined by institutional factors. It is a fact, proven by experience, that demand has a tendency to vary in the sense of diversification whenever in an economy the average real income is increased. Thus, the increase in demand for food is evident in the first phases of development, but diminishes its rhythm of increase when certain levels of income per capita have been attained. The demand for manufactured goods for consumption increases intensely when the rhythm of consumption of food begins to diminish.

II - PROPENSITY TO CONSUME AND RATE OF GROWTH

Another problem of great interest discussed by Prof. NURKSE is that of the high propensity to consume of the actual under-developed countries. Just as the social groups of low revenues have the tendency to imitate, in their standards of consumption, those who are above them in the social scale, the poor countries have the tendency to copy the mode of living of the rich countries. The tendency to increase the propensity to consume, resulting from international disparities of real income, causes a progressive reduction in the rhythm of spontaneous growth of the countries that remained behind in the process of development.

The rate of growth of an economy is a function of two factors: a) investment-national income, and b) capital-output. The second factor, of course, like the first, varies in accordance with the special circumstances of each country.

The other decisive factor for the degree of growth of an economy is the relation investment-national income.

As we know that its capital-output factor shows relative stability for each economy, it can be admitted that the rate of growth each year is principally determined by the relation investment-national revenue, to which we will give the name of coefficient of investment.

In the process of development, the behavior of the coefficient of investment is greatly influenced by institutional factors etc., which act on the propensity to consume.

There are strong reasons for believing that consumption will not find, right from the first, stimuli for growing as rapidly as product. The rate of growth of the latter may, therefore, increase. To this we made reference when in the previous chapter we affirmed that development can support itself, once initiated.

The historical process of development of capitalist economy had its origin in the cultural contacts resulting from the flow of commerce which began to create in western Europe an entrepreneurial group. In this group, the propensity to consume influenced by religious traditions and social ones as well, only slowly began to be transformed.

As the present time the process has practically inverted itself. Influenced by the enormous force of the means of propaganda and means of communications, the propensity to consume increases faster than product in the underdeveloped countries.

III - INVESTMENT CRITERIA AND EXTERNAL DISEQUILIBRIUM

This problem has two aspects. The first refers to the basic criterion to be adopted in the guidance of investment. Such criterion, NURKSE tells us, is that of social marginal productivity.

The adoption of this criterion leads to the conclusion that the simple mechanism of market prices does not guarantee the best utilization of resources.

The other problem raised by Prof. NURKSE in this connection is that of the repercussion of foreign investment on the balance of payments. This problem affects all investments, since the income effects, which are heart of the problem, operate also in respect of investments of national capital. An analysis by KAHN leads to the conclusion that it is not clear a priori whether investment — even if not directly exchange saving or export increasing — will tend to improve or deteriorate the balance of payment. This depends on the marginal propensity to import of the country.

Experience shows, however, that in underdeveloped countries the marginal propensity to import is high.

Hence, development involves a tendency to external disequilibrium.

Some economists who like to transform economic problems into semantic questions argue that the disequilibrium referred to is inseparable from an inflationary situation.

The inflation which accompanies economic development is not, however, a fundamentally monetary problem. The basic cause of disequilibrium lies in the disparity between the growth of revenue and the capacity to import. It is, therefore, essential, that the structure of production be modified so as to increase exports or to substitute imports. It is necessary that certain measures be adopted beforehand — i.e. before disequilibrium has appeared, and, possibly, initiated a self-correcting process — related to the conclusion that, under actual world economic conditions, underdeveloped countries cannot spontaneously attain a degree of growth compatible

with their potentialities and the degree of advance of technique at their disposal. A coordinated action becomes imperative and this is implicitly recognized by Prof. NURKSE when he stresses the role of fiscal policy in the development process. In modern conditions it is fiscal policy which must produce the savings to finance investments.

To consider reviving the spontaneous forms of saving of the past century is a great lack of reality. This error was not committed by Prof. NURKSE and that is undoubtedly the best lesson he gave us.

RÉSUMÉ

FORMATION DE CAPITAL ET DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE

I - THÉORIE DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE

Un problème intéressant discuté par le Prof. NURKSE est la théorie du développement économique dans laquelle il suit les idées générales de SCHUMPETER. Le point central de cette théorie est la dimension réduite du marché comme facteur dans le développement économique. Ce problème pourtant ne mérite pas l'attention que NURKSE lui donne. Le problème en effet ne se pose pas chaque fois que les pays sous-développés ont l'occasion à investir dans la production pour le marché extérieur. Il y a encore une autre raison pour laquelle nous ne sommes pas d'accord avec l'argument de la dimension réduite du marché comme obstacle au développement. Le marché en réalité n'est petit qu'en relation avec l'équipement employé dans les pays avancés. Ceci n'est pas une difficulté fondamentale mais plutôt accidentelle. L'emploi de machines automatiques dans la fabrication de chaussures dans une communauté primitive portera non pas une réduction mais plutôt une augmentation des coûts. Mais ceci aurait été également vrai dans les pays aujourd'hui développés si l'on avait introduit l'emploi de ces machines il y a cent ans. Le Prof. NURKSE dit que la stimulation pour l'emploi de capital est limitée par la dimension réduite du marché qui à son tour est causée par la basse productivité; celle-ci est due à la quantité réduite de capital employé dans la production à cause de la dimension réduite du marché. Le Prof. NURKSE affirme aussi que ceci est une combinaison de forces tendant à maintenir une économie arriérée dans une condition stationnaire. Finalement, il adopte la théorie du "flux circulaire" de SCHUMPETER dans laquelle il cherche une explication pour la transition de la stagnation au développement. Cette explication il trouve dans les

“vagues d’investissement”. Adopter une telle explication comme point de départ du développement économique ne nous semble pas très réaliste. Commencer le processus de développement par ses propres moyens et par l’action spontanée des propres entreprises est difficile à accepter. Une fois commencé, ce processus peut être intensifié par ses propres moyens. Le concept de “combinaisons nouvelles” est certainement la contribution la plus intéressante de la théorie de SCHUMPETER. Cependant la manière dans laquelle elle est définie est trop vague.

Processus du développement

La théorie du développement économique en général ne fait pas partie de l’analyse économique. Cependant cette analyse peut expliquer le mécanisme du développement économique. Le développement est dans le fond une série de changements dans la forme et la proportion des combinaisons des facteurs de production. La théorie du développement économique ne cherche pas à expliquer pourquoi l’économie se change mais plutôt tâche de démontrer comment “le travail” augmente progressivement sa productivité.

a) Pays développés et sous-développés

Le développement se produit ou bien par des nouvelles combinaisons des facteurs existants ou bien par l’introduction de nouvelles techniques. En termes simples on peut dire que les pays développés sont ceux où dans l’absence de chômage, il est impossible d’augmenter la productivité sinon par l’introduction de nouvelles techniques. Les pays sous-développés sont ceux où la productivité peut être augmentée par l’introduction des techniques existantes.

b) Productivité et accumulation de capital

L’augmentation de la productivité du travail se fait principalement par l’emploi de biens de capital. Quand la productivité est très basse, la satisfaction des nécessités urgentes de la population absorbe une proportion considérable de la capacité productive. Les grandes difficultés se présentent donc aux niveaux le plus bas de la productivité. Une fois le processus de développement initié, sa propre dynamique permet d’appliquer une partie de l’accroissement du revenu à la capitalisation. La stimulation initiale dans le passé est venue de l’extérieur. Le commerce international a créé pour une économie à basse productivité la possibilité de initier le processus du développement sans accumulation préalable de capital. Dans certaines circonstances il est possible d’introduire des combinaisons plus productives sans augmenter le

capital disponible, c. à. d. chaque fois que nous pouvons intégrer une économie dans un marché plus large.

c) Accroissement du revenu et diversification de la demande

Le revenu réel augmente avec l'accroissement de la productivité sociale moyenne. Cette augmentation de revenu réel cherche sa distribution entre consommation et investissement; d'autre part la forme que la demande adoptera est grandement déterminée par des facteurs institutionnelles. Il a été prouvé que la demande devient plus diversifiée avec l'augmentation du revenu réel moyen. La demande pour la nourriture s'accroît dans la première phase du développement, mais diminue relativement quand un certain niveau de revenu moyen est atteint. La demande pour des biens de consommation manufacturés augmente beaucoup quand le taux de l'accroissement de la consommation de nourriture diminue.

II. PROPENSION À LA CONSOMMATION ET TAUX DU DÉVELOPPEMENT

Un autre problème intéressant discuté par le Prof. NURKSE est la haute propension à la consommation dans les pays sous-développés. Les pays retardés ont en effet la tendance à imiter le train de vie des pays riches. La tendance d'augmenter la propension à la consommation a causé une réduction progressive dans le taux de développement spontané des pays retardés. Le taux de développement d'une économie est une fonction de deux facteurs: (a) Investissement-revenu national et (b) Capital-production.

Les deux facteurs varient en accord avec les circonstances spéciales de chaque pays. Le facteur décisif pour le degré du développement est la relation investissement-revenu national. Nous savons que le facteur capital-production est relativement stable. Pour cette raison nous pouvons accepter que le taux de développement chaque année est déterminé principalement par la relation investissement-revenu national que nous appellerons "coefficient d'investissement".

Dans le processus du développement le changement de ce coefficient est grandement influencé par des facteurs institutionnels influant la propension à la consommation. Il y a de bonnes raisons à croire que la consommation dès le début trouvera des stimulations à croître autant que la production et le taux de développement peut donc augmenter. Le processus historique du développement des économies capitalistes avait son origine dans le contact culturel résultant du commerce qui a créé en Europe Occidentale un groupe d'entrepreneurs. Dans ce groupe la propension à la consommation influencée par la tradition religieuse et

social ne s'est transformée que petit à petit. A présent le processus est pratiquement le contraire. Influencée par la forcé énorme de la propagande et de moyens de communicatians, la propension à la consommation augmente plus vite que la productian dans les pays sous-développés.

III. CRITÈRES D'INVESTISSEMENT ET DESÉQUILIBRE EXTERNE

Ce problème présente deux aspects, le premier se référant aux critères à être adaptés dans l'applicatian des investissements. Selon NURKSE ce critère est la productivité marginale sociale. Ce critère pourtant nous mène à la conclusion que le mécanisme du prix du marché ne garantit pas la meilleure utilisation des ressources.

Le deuxième aspect est celui de la répercussion des investissements étrangers sur la balance de paiements. Ce problème affecte tous les investissements comme les effets sur le revenu se présentent aussi dans le cas des investissements du capital national. Une analyse par KAHN mène à la conclusion qu'il n'est pas clair à priori que l'investissement — même si non pas directement augmentant l'exportation ou diminuant l'importation — aura des effets favorables ou défavorables sur la balance des paiements. Ceci dépend de la propension marginale à l'importation du pays en question. L'expérience nous apprend que dans les pays sous-développés la propension marginale à l'importation est très haute. Le développement portera donc une tendance à un déséquilibre externe. Certains économistes même prétendent que ce déséquilibre est inséparable d'une situatian inflationniste.

L'inflation accompagnant le développement économique n'est pas un problème monétaire fondamentale. La dernière raison pour le déséquilibre se trouve dans la disparité entre l'accroissement du revenu et la capacité d'importation. Il est donc essentiel que la structure de la production soit adaptée de sorte que les exportations augmentent ou que les importations diminuent. Nous arrivons donc à la conclusion que dans les circonstances actuelles les pays sous-développés ne peuvent pas spontanément atteindre un degré de développement compatible avec leur potentiel et avec les techniques à leur disposition. Une action coordonnée est donc nécessaire et ceci est reconu implicitement par le Prof. NURKSE quand il accentue le rôle de la politique fiscale dans le processus du développement. Dans les circonstances actuelles c'est la politique fiscale qui doit produire l'épargne nécessaire à financer l'investissement. Espérer une renaissance de l'épargne spontanée du siècle passé n'est pas réaliste; cette erreur n'était pas commise par le Prof. NURKSE et ceci est sans doute la meilleure leçon qu'il nous donnait.